



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140794 - BA (2021/0001666-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : SANDRO HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
ADVOGADOS : TROYANO ADALGICIO TEIXEIRA LELIS - BA025590
GUILHERME CRUZ DO NASCIMENTO - BA059614
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por SANDRO HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (*Habeas Corpus* n. 8032190-64.2020.8.05.0000).

O recorrente encontra-se preso cautelarmente desde 20/12/2019 e foi denunciado pela prática em tese dos crimes previstos no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003.

Sustenta a ilegalidade da prisão preventiva por excesso de prazo na formação da culpa e ainda pela ausência de reavaliação periódica da necessidade da custódia cautelar, conforme prevê o art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Alega, por fim, a inidoneidade dos motivos apresentados para justificar a segregação provisória, bem como defende a possibilidade de substituição por medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente, a cassação do acórdão recorrido. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

O afastamento da tese de excesso de prazo foi fundamentado pelo Tribunal de origem na consumação de motivo de força maior, decorrente das adversidades fáticas provocadas pela pandemia de covid-19, e na ausência de culpa ou de desídia do Poder Judiciário na condução do processo-crime.

Por outro lado, não se depreende do acórdão recorrido nenhuma análise sobre a suposta inidoneidade dos motivos da prisão preventiva.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente